

Terça-feira, 16 maio de 2006 – O Estado de São Paulo

METRÓPOLE

Uma dura lição a todas as esferas do poder público

Fernando Salla

Pode-se dizer, sem risco de qualquer equívoco, que o Estado de São Paulo vive a maior crise da história do seu sistema de segurança pública. A diversidade dos acontecimentos - policiais e outros agentes públicos mortos, ataques a bases policiais, rebeliões em presídios, ônibus incendiados, atentados a bancos, fechamento de lojas -, a densidade em termos numéricos e a duração no tempo são provas da gravidade da crise. Aparentemente, brota do sistema penitenciário paulista, onde estão as lideranças de um dos mais poderosos grupos criminosos organizados. Mas não é difícil constatar que as raízes da crise são muito mais capilares.

Como se chega a esse nível de organização criminosa e como ela atinge esse patamar de ousadia são as perguntas que mais incomodam. Organizações criminosas existem em todos os lugares e seu sucesso está sempre associado à capacidade de articulação com a esfera da legalidade (empresas privadas de fachada, agentes públicos dos mais diferentes setores, membros do Poder Legislativo e do Judiciário que dão cobertura para atividades ilegais). Eis o nó da questão.

Pouco adianta querer enfrentar o crime organizado como se fosse um problema geográfico (periferias, favelas) ou privilégio de uma camada social (pobres). Há um espaço social sombrio, difícil de ser devassado e desbaratado, onde se tramam as relações que nutrem o crime organizado e que atravessam as instituições e o tecido social. O enfrentamento desse tipo de crime é muito mais questão de inteligência do que repressão.

Os esforços para a desarticulação do crime organizado precisam ser muito mais conjugados por todas as esferas responsáveis. Nesse sentido, os desencontros entre os níveis federal, estadual e municipal na área de segurança são recorrentes e fragilizam a prevenção e repressão ao crime. Em consequência, sacrificam a população como um todo, que vive atordoada com disputas políticas sobre esferas de competência e com os baixos níveis de eficiência no trabalho de enfrentamento à criminalidade.

Os acontecimentos mostram que é preciso mais sintonia entre as Polícias Civil e Militar - que agora parecem trabalhar juntas, mas que sempre se estranharam - e que não basta ao Executivo abrir novas vagas prisionais sem o devido suporte, em número de agentes penitenciários para controlar os estabelecimentos, política salarial condizente e equipamentos adequados. Por sua vez, a indiferença dos Poderes Legislativo e Judiciário à urgência das questões relativas ao crime organizado e à situação das prisões é desconcertante. São instâncias que só se movimentam quando fortemente pressionadas.

A crise impõe uma dura lição para todas as autoridades envolvidas nessa área: é urgente enfrentar o crime organizado com muito mais empenho político, eficiência técnica e administrativa e capacidade de purgar dos quadros das instituições os que viabilizam as ilegalidades.